

BREVE PERFIL DOS MUNICÍPIOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Luíza Maria Capanema Bezerra

PqC do Pólo Regional Vale do Paraíba/APTA

luizamcb@aptaregional.sp.gov.br

Malimíria Norico Otani

maliotani@iea.sp.gov.br

Carlos Eduardo Fredo

cfredo@iea.sp.gov.br

Vera Lúcia Ferraz dos Santos Francisco

PqC do Instituto de Economia Agrícola/APTA

veralfrancisco@iea.sp.gov.br

O Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios, um indicador (1) que permite analisar o desempenho econômico nos níveis regional e local, foi elaborado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE), com apoio da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. Com isso, possibilitará definição de metas de desenvolvimento e a avaliação do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Recentemente, foram disponibilizadas informações sobre o Valor Adicionado (VA) do Estado de São Paulo referente ao ano de 2002. Tais informações mostraram uma forte participação da Indústria (VAI) e dos Serviços (VAS), respectivamente de 41% e 51,5%, na composição do total do VA estadual.

Atividade Principal e IPRS

Estudo preliminar levantou a participação relativa dos VA das três atividades nos municípios. Apesar do forte peso da atividade industrial na economia do Estado, o estudo mostra que serviços e agropecuária representavam metade ou mais do VA (aproximadamente 41% e 40%, respectivamente dos municípios do Estado de São Paulo), enquanto a indústria aparecia como atividade principal em cerca de 19% dos municípios (tabela 1 e figura 1).

Tabela 1 - Municípios por atividade principal, segundo Valor Adicionado Total, Estado de São Paulo, 2002

Atividade Principal	Municípios		Participação no Valor Adicionado Total (%)
	Número	%	
Agropecuária	260	40,31	7,16
Indústria	120	18,60	31,94
Serviços	265	41,09	60,90
Total	645	100,00	100,00

Fonte : Elaborada pelos autores com base em Fundação SEADE(2005)

Figura 1 – Distribuição dos municípios, segundo maior Valor Adicionado, 2002 Fonte: Elaborada pelos autores com base em Fundação SEADE(2005)



A agropecuária é a atividade principal em 260 municípios do Estado, que têm como característica indicadores sociais, medidos pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) (2), comparativamente mais desfavoráveis que os levantados nas áreas

onde a indústria é a atividade principal. Dada a parcela significativa do número de municípios agropecuários, os indicadores sociais para o Estado acompanham a mesma tendência.

Prevalecem nessas áreas, segundo a classificação do IPRS, os grupos 3 e 4 que têm como principal característica o baixo nível de riqueza devido ao fraco dinamismo econômico nas regiões (tabela 2). Este é o principal gargalo em tais regiões, cuja população, principalmente a mais jovem, é forçada a migrar para os centros urbanos, para buscar maiores oportunidades de sobrevivência.

Tabela 2 – Participação percentual dos municípios no IPRS por atividade econômica, Estado de São Paulo, 2002

Atividade Econômica	IPRS				
	1	2	3	4	5
Agropecuária	4,23	3,08	43,46	34,62	14,62
Indústria	29,17	26,67	17,50	15,83	10,83
Serviços	9,43	15,47	25,28	29,81	20,00
Total	11,01	12,56	31,16	29,15	16,12

Fonte : Elaborada pelos autores com base em Fundação SEADE (2005)

Nesta classificação, observou-se que, segundo indicadores do SEADE, nem sempre o maior valor do PIB municipal está associado às melhores condições sociais. Como exemplo, Ipuã, que gerou R\$ 154 milhões de PIB em 2002, situava-se no grupo 1 da classificação do IPRS, proporcionando uma das melhores condições de vida do Estado à sua população. No outro extremo, Itapetininga, que gerou oito vezes mais (R\$ 1,250 bilhão), situava-se no grupo 5, oferecendo baixos níveis de assistência para a população local. Ambos têm a agropecuária como atividade principal na economia municipal.

Embora o PIB municipal possa indicar o grau de geração de riqueza, ele é insuficiente para apontar a sua distribuição relativa, como a renda per capita. Nestes mesmos municípios, verifica-se que em Ipuã a renda per capita em 2002 foi quase 25% maior (R\$12.590,00) do que a de Itapetininga (R\$9.444,00), apesar de o PIB municipal ser consideravelmente menor. Isto justifica, pelo menos em parte, as diferenças nas condições de vida nessas localidades.

Dos dez municípios com maior PIB per capita do Estado, metade tem economia predominantemente agropecuária (Altair, Gavião Peixoto, Motuca, Colombia e Onda Verde), três têm a indústria como principal atividade (Sandovalina, Ouroeste e Luisiana) e em dois municípios (Cordeirópolis e Paulínea) o setor de serviços prevalece. Paulínea apresenta a maior renda per capita (R\$85.504,00) no Estado de São Paulo.

Com exceção destes dois últimos municípios que se situam na região de Campinas, os demais municípios localizam-se, do ponto de vista geográfico, distantes do circuito que inclui os maiores PIBs do Estado. Mas apesar da alta renda per capita dois dos municípios ainda apresentam condições de vida insatisfatórias para os seus habitantes (tabela 3).

Ao analisar os dados dos dez maiores PIBs per capita e a classificação dos municípios paulistas por grupo do IPRS, é possível concluir que a atividade agropecuária não pode ser relacionada a piores condições de vida. Dos cinco municípios classificados, três situam-se no grupo 1 do IPRS, um no grupo 3 - apresentam bons indicadores sociais apesar de caracterizados como municípios com nível de riqueza baixo - e por fim um no grupo 4, com baixos indicadores sociais.

Tabela 3 – Municípios com maior PIB per capita, Estado de São Paulo, 2002

MUNICÍPIO	Atividade Principal	IPRS	PIB (em milhões R\$)	PIB per capita	Densidade demográfica (hab/km ²)	Taxa de Urbanização
Paulínea	Serviços	2	4.747,27	85.504	378,26	99,02
Luisiana	Indústria	1	587,57	77.937	12,15	92,36
Ouroeste	Indústria	3	364,05	54.533	23,17	76,78
Onda Verde	Agropecuária	1	179,07	50.006	14,62	70,98
Colombia	Agropecuária	1	291,62	47.441	8,41	71,44
Cordeirópolis	Serviços	1	881,11	46.840	151,35	92,17
Motuca	Agropecuária	3	185,56	45.967	17,2	65,67
Gavião Peixoto	Agropecuária	1	179,93	43.874	17,56	68,68
Altair	Agropecuária	4	154,88	42.868	10,64	74,11
Sandovalina	Indústria	4	140,65	42.807	6,09	59,88

Fonte : Elaborada pelos autores com base em Fundação SEADE(2005)

Os municípios dependentes basicamente dos serviços apresentam, em geral, os mais baixos valores per capita. São áreas em que as atividades industrial e agropecuária não possuem destaque e, em geral, são dependentes dos serviços públicos ou de transferência de recursos.

Os 10 municípios com os menores PIBs per capita do Estado têm como atividade principal o setor de serviços. Estes se concentram basicamente no Vale do Ribeira (Barra do Turvo, cuja renda per capita R\$ 2.197,00 é a menor do Estado, Iporanga, Cananéia, Miracatu e Barra do Chapéu) e no Vale do Paraíba (Cunha, Piquete e Queluz). Encontraram-se também municípios da região de Marília (Alvilândia e Álvaro de Carvalho) e o município de Francisco Morato que pertence à Região Metropolitana de São Paulo (Tabela 4).

Tabela 4 – Municípios com menor PIB per capita, Estado de São Paulo, 2002

MUNICÍPIO	Atividade Principal	IPRS	PIB (em milhões R\$)	PIB per capita	Densidade demográfica (hab/km ²)	Taxa de Urbanização
Barra do Turvo	SERVIÇOS	5	18,43	2.197	8,25	37,86
Francisco Morato	SERVIÇOS	5	349,83	2.363	3.199,22	99,89
Iporanga	SERVIÇOS	5	12,54	2.157	3,57	45,86
Cunha	SERVIÇOS	5	68,75	2.991	17,43	48,68
Piquete	SERVIÇOS	3	46,07	3.005	89,9	93,54
Cananéia	SERVIÇOS	4	39,4	3.023	10,16	83,92
Miracatu	SERVIÇOS	4	73,36	3.140	23,5	60,66
Álvaro de Carvalho	SERVIÇOS	3	13,93	3.173	27,25	63,6
Barra do Chapéu	SERVIÇOS	4	15,33	3.176	12,08	30,86
Queluz	SERVIÇOS	5	30,69	3.226	38,74	86,66

Fonte : Elaborada pelos autores com base em Fundação SEADE (2005)

Estes municípios oferecem condições sociais bastante insatisfatórias à população, dado que 70% deles situam-se entre os grupos 4 e 5. Ou seja, apresentam baixo nível de riqueza e de indicadores sociais.

Não há diferença significativa na renda per capita da maior parte dos municípios agropecuários e industriais, com exceção, é claro, das grandes metrópoles. Do total de municípios agrícolas, 60% têm renda per capita acima de R\$10.000,00, enquanto nas áreas industriais representam 76%.

Nos 260 municípios com maior participação da atividade agropecuária, 95% têm taxa de urbanização maior do que 50%. Pela classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (4) são consideradas regiões urbanas, para efeito de políticas públicas, e portanto recebem tratamento similar ao recebido pela região metropolitana de São Paulo.

Parte considerável desses municípios, cuja população na grande maioria mora nas cidades e usufrui das facilidades por elas proporcionadas, apresenta características e dinâmicas distintas das dos grandes centros urbanos. Com certeza, as atividades nessas cidades dependem, em grande parte, da renda agropecuária. A maior parte da mão-de-obra está empregada em atividades no meio rural, em agroindústrias ou serviços em geral ligados à agropecuária ou ainda complementa sua renda com atividades não-agrícolas executadas no próprio campo.

Para concluir, ressalte-se que cada município tem suas peculiaridades, condicionadas pelas atividades econômicas e pelas características sócio-econômicas e culturais. Assim, todas as diferenças devem ser consideradas visando a um aprimoramento, tanto na incorporação de novas ações de políticas públicas quanto na avaliação e monitoramento das já existentes. (5)

Referências

(1) A descrição da metodologia para a consolidação do PIB Municipal está detalhada no site da Fundação Seade (<http://www.seade.gov.br>). O núcleo do método consiste basicamente, em estimar o Valor Adicionado (VA) Municipal rateando-o entre os municípios as principais atividades econômicas (agropecuária, indústria e serviços). Este é calculado nas Contas Regionais do Brasil, fazendo-se uso de indicadores identificados como comuns a todos os estados brasileiros. Após esse cálculo deduz-se o Dummy Financeiro utilizando-se a estrutura de rateio para a atividade Serviços Financeiros e por fim soma-se a as partições dos impostos federais, estaduais e municipais que também seguem estruturas próprias de partição.

(2) Fundação Sistema de Análise de Dados - SEADE <http://www.seade.gov.br>

(3) O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) também elaborado pela Fundação SEADE identifica o estágio de desenvolvimento dos municípios, para subsidiar as lideranças políticas no monitoramento das diferentes performances

econômicas e sociais dos municípios do Estado de São Paulo. Disponível em http://www.al.sp.gov.br/index_iprs.htm

(4) IBGE: www.ibge.gov.br

(5) Artigo registrado no CCTC-IEA sob número HP-86/2005